



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681114 - SP (2021/0224701-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : CIRINEU FEDRIZ
ADVOGADO : CIRINEU FEDRIZ - SP313042
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : UEDISON APARECIDO DE ANDRADE
CORRÉU : MARIA ROSANA CAMPESATO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de UEDISON APARECIDO DE ANDRADE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal nº 0000390-75.2016.8.26.0594).

O paciente foi condenado à pena de 7 anos e 11 dias de reclusão em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 702 dias-multa, calculado o valor do dias-multa no piso mínimo, como incurso nas penas do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que o paciente está na iminência de sofrer um mandado de prisão e que não está suficientemente caracterizada a periculosidade do paciente e não há informação que faça presumir sua alta periculosidade, nem que se dedique a atividades criminosas ou integre organização criminosa ou ainda que tenha tentado obstruir provas e constranger as vítimas, que possa impedir o *mandamus* aqui pretendido.

Requer, liminarmente, a expedição de salvo conduto ou alvará de soltura em favor do paciente, a fim de que ele termine de responder à acusação em liberdade. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente